

## A colonização por princípio: a memória de Antonio Fialho de Vargas no Município de Lajeado/RS<sup>1</sup>

Júlia Leite Gregory<sup>2</sup>

**Resumo:** Antonio Fialho de Vargas foi um empresário que fundou a Colônia dos Conventos. Atualmente, o território que constituía esta colônia faz parte do município de Lajeado/RS, o qual se utiliza da atuação de Fialho de Vargas e da fundação da referida colônia como o início da história do município, glorificando a elite local do período imperial e os imigrantes. O objetivo deste artigo é discutir o processo de construção da memória de Antonio Fialho de Vargas que ocorreu no município de Lajeado/RS, tendo em vista a invisibilização da diversidade cultural local.

**Palavras-chave:** Antonio Fialho de Vargas; Memória; Colonização; Lajeado/RS.

## The colonization as a matter of principle: the memory of Antonio Fialho de Vargas in the Town of Lajeado/RS

**Abstract:** Antonio Fialho de Vargas was an entrepreneur who founded the Colônia dos Conventos. Nowadays, the territory that constituted this colony is part of the town of Lajeado/RS, that uses the Fialho de Vargas's acting and the colony's foundation as the beginning of the history of the town, glorifying the local elite of the imperial period and the immigrants. The objective of this article is to discuss the process of constructing the memory of Antonio Fialho de Vargas that occurred in the town of Lajeado/RS, in order to make invisible the local cultural diversity.

**Keywords:** Antonio Fialho de Vargas; Memory; Colonization; Lajeado/RS.

### Introdução

Antonio Fialho de Vargas nasceu em 1818 na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia, município de Porto Alegre. Filho de imigrante açoriano, se destacou na atividade especulativa do mercado da terra durante a segunda metade do século XIX. A principal região em que atuou foi o Vale do Taquari, onde residiu durante grande parte da vida. Fialho era sócio e gerente da empresa Baptista, Fialho & Cia., que fundou a Colônia dos Conventos em 1855 sobre os territórios das fazendas Lageado e Conventos. Atualmente este território está localizado, principalmente, no município de Lajeado.

A trajetória de Antonio Fialho de Vargas ficou bastante vinculada à história do município de Lajeado, criado em 1891, justamente pela sua atuação e residência neste território. Em materiais didáticos e midiáticos locais, Fialho de Vargas é frequentemente referido como o fundador de Lajeado. A partir da presença dele, entende-se que a história do município inicia, passando, em seguida, para o enaltecimento da

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 Mestranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) com Bolsa Integral da CAPES (PROSUC) e Graduada em História pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES).

participação dos imigrantes de origem germânica<sup>3</sup> e seus descendentes. Isso porque foi justamente a colônia fundada pela empresa de Fialho de Vargas que recebeu e atraiu muitas destas famílias. São discursos que muitas vezes negligenciam a presença de outros grupos humanos, como indígenas, africanos escravizados e lavradores nacionais. E, além disso, ignoram a real atuação dos comerciantes de terra escravocratas como Fialho de Vargas, que adquiriam terras ilegalmente e expropriavam posseiros.

Este tipo de história é bastante comum nos municípios do Vale do Taquari, os quais exaltam a presença do imigrante alemão e italiano, desconsiderando outras participações. Neste artigo busca-se discutir a memória de Antonio Fialho de Vargas no município de Lajeado, analisando como o mesmo é identificado pela administração municipal e como sua atuação é trabalhada em sala de aula. É importante salientar que a trajetória deste indivíduo foi estudada em recente dissertação de mestrado, o que contribui para uma análise mais profunda da discussão em questão.

### A memória de Antonio Fialho de Vargas

Antonio Fialho de Vargas nasceu em 15 de setembro de 1818 na freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, município de Porto Alegre, hoje Gravataí. O pai e os avós eram oriundos da Ilha do Faial (Açores), e sua mãe já nasceu no Brasil. Casou-se com Maria Ignácia da Conceição Dutra de Vargas, natural da mesma freguesia.<sup>4</sup> O casal teve doze filhos, sendo que Fialho teve uma filha antes do casamento com Maria Ignácia. Candida Fialho Dutra era filha de Antonio Fialho de Vargas e Joana Maria da Conceição, ambos solteiros na época do nascimento de Candida, a qual nasceu e viveu na cidade de Porto Alegre.<sup>5</sup> Os filhos de Fialho e Maria Ignácia eram: Anna Maria Fialho, Maria Clara Fialho, Justina Fialho Vianna, Bernardina Fialho, Castorina Fialho de Vargas, Francisca Fialho de Vargas, Porcínia Fialho de Vargas, André Fialho de Vargas, Pedro Fialho de Vargas, Joaquim Fialho de Vargas, José Fialho de Vargas e Antonio Fialho de Vargas Filho.<sup>6</sup>

O pai de Antonio Fialho de Vargas era proprietário de uma fazenda na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, onde produzia farinha, possivelmente de mandioca, com a ajuda de uma atafona. Na fazenda também havia éguas, bois e dez escravos para a mão-de-obra. A partir da pesquisa de Wagner Pedroso (2013), que fez um levantamento de 89 inventários post-mortem da Aldeia dos Anjos das décadas de 1840 e 1860, é possível constatar que Manoel Fialho de Vargas estava entre os proprietários mais abastados da freguesia no período. Além disso, as profissões dos filhos também indicam um nível social mais elevado, sendo que alguns deles praticavam, inclusive, mais de uma atividade econômica. Ocuparam postos na Guarda Nacional e dentro da hierarquia religiosa da Igreja Católica, arrematavam licitações de obras públicas, foram proprietários de casas de comércio, comercializavam terras e madeiras e emprestavam dinheiro a juros.

A história de Antonio Fialho de Vargas passa a ser conectada com a história do Vale do Taquari quando este indivíduo adquire duas fazendas no município de Taquari e funda uma colônia naquele território em sociedade com seu irmão, Manoel Fialho de Vargas Filho, e João Baptista da Silveira e Souza. A empresa Baptista, Fialho & Cia. funda a Colônia Conventos no ano de 1855, a qual passa a receber colonos de origem germânica vindos da Europa e colonos descendentes destes oriundos das antigas colônias,

3 Neste artigo os conceitos “germânico” e “alemão” serão utilizados para designar o mesmo grupo social. Sabe-se que no momento da emigração para o Brasil, a Alemanha ainda não existia, e, portanto, desembarcaram no novo território indivíduos provenientes de diversos reinos germânicos. No entanto, para se referir a estas pessoas, a comunidade local utiliza o termo “alemães”. Esta escolha foi adotada porque o conceito “germânico” é utilizado pelos historiadores e o conceito “alemão” é utilizado pela comunidade local. Como este artigo relaciona os dois discursos (o científico e o senso comum), optou-se por não fazer distinção entre os termos.

4 Livro de Batismos nº 4 (1811-1823), Gravataí (Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, Comarca de Porto Alegre), p. 171.

5 Inventário post-mortem do Cartório de Orphãos e Ausentes de Taquary nº 475, de 1895. APERS.

6 Livros de batismo de Gravataí, Vacaria e Santo Amaro.

principalmente de São Leopoldo. A colônia tinha cerca de 10 mil hectares e os colonos compravam lotes coloniais de diversos tamanhos, sendo possível identificar propriedades de 36 (meia colônia), 18, 290 e 72 hectares (uma colônia) na documentação referente à mesma.<sup>7</sup> O transporte dos colonos estrangeiros da Europa até a colônia era custeado pela empresa de colonização e o preço dos lotes era fixo e estabelecido no auto da venda, podendo ser pago à vista ou no sistema de prazo colonial.

A maioria dos colonos era lavrador e plantava tanto para subsistência quanto para venda de excedente. Os produtos cultivados na colônia eram milho, feijão, batata, favas, trigo, cevada e amendoim e criavam-se gado cavalariço, vacum e suínos. Havia engenhos de serrar madeira, extrair azeite, moer grãos e uma atafona; bem como oficinas de ferraria, sapataria, marcenaria, alfaiataria e de armeiro. Frequentemente era solicitado à província estivas, pontes e estradas de rodagem para o melhoramento do escoamento da produção da colônia, pois em alguns trechos o rio Taquari não era navegável.

A sociedade Baptista Fialho & Cia. estava dividida em quatro partes: Antonio Fialho de Vargas tinha duas partes e era gerente da empresa; João Baptista e o Capitão Manoel Fialho de Vargas Filho tinham uma parte cada um. A sociedade foi dissolvida em 13 de abril de 1863, sendo que os proprietários decidiram vender as terras que ainda não tinham sido vendidas e cobrar as dívidas dos colonos. Neste ano, Antonio Fialho de Vargas ainda era morador da colônia, permanecendo como diretor da mesma até, pelo menos, o ano de 1869. Sabe-se que em 1878 Fialho já não era mais o responsável pelo empreendimento, tendo-se estabelecido na Vila de Taquari, onde viria a falecer no ano de 1895.

Muitos empresários fundaram colônias, linhas ou picadas na região que, a partir da década de 1850, recebeu um grande contingente de imigrantes, tanto oriundos da Europa quanto das colônias mais antigas dos vales dos rios Sinos e Caí. Sendo assim, os municípios da região, quando se referem à sua história, buscam evidenciar o caráter desenvolvimentista e civilizador do trabalho imigrante, tanto germânico quanto italiano, invisibilizando os demais grupos sociais. Cristiano Nicolini (2013) analisou um conjunto de obras sobre histórias locais do Vale do Taquari e expõe o seguinte a respeito delas:

[...] a história registrada nestes livros, frequentemente produzidos por pessoas provenientes das respectivas localidades, preocupa-se fundamentalmente com a temática da ocupação a partir do século XIX, enfatizando, invariavelmente, as “façanhas” dos alemães e italianos nos “vales e montanhas” que formam uma paisagem peculiar, enaltecida como cenário ideal para os “sucessos” destes imigrantes. Estes atores são apresentados como verdadeiros heróis, forjados perante as dificuldades impostas pela realidade da imigração. A partir desta caracterização do homem que ocupou a região, os autores destas obras tratam de representar aos leitores a imagem ideal daquele que hoje tem a missão de preservar e perpetuar a herança deixada pelos imigrantes. No entanto, esta imagem é construída sem levar em consideração as demais etnias que fizeram a história da região, delimitando personagens, tempos, espaços e ações que viabilizem um determinado discurso, legitimando-o através de histórias parciais (NICOLINI, 2013, p. 58-59).

Essas interpretações amplamente divulgadas pelas administrações municipais e por setores vinculados à educação, cultura e turismo destas mesmas instituições contribuem para a construção de uma identidade regional e reforçam uma forjada memória coletiva. Para Joël Candau (2010), a identidade está profundamente vinculada à memória, e as duas agem ou são acionadas de maneira interdependente. A memória é responsável pela manutenção da identidade, tendo a capacidade de fazer com que esta sobreviva ou não ao longo do tempo. Através das lembranças, a memória pode reforçar a identidade, e através dos esquecimentos, aquela pode enfraquecer esta. No entanto, a memória também é subordinada à identidade, tendo em vista que os indivíduos e os grupos fazem suas escolhas memoriais (quando elegem algum patrimônio, por exemplo) de acordo com aquilo que os identifica (sua identidade).

7 Fundo Colônias. Caixa 31. Maço 57. Conventos. AHRs.

Para Candau (2014), existem três tipos de memória individual. A primeira, a protomemória, “constitui os saberes e as experiências mais resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros de uma sociedade” (p. 22). É uma memória localizada no hábito e na repetição, aprendizagens que foram adquiridas na infância e na vida intrauterina. É imperceptível e ocorre sem tomada de consciência. É o primeiro estágio da memória, aquele que desenvolvemos ainda na barriga da mãe, e tem uma estreita ligação com o nosso corpo. O segundo estágio, a memória propriamente dita, é uma memória de recordação ou reconhecimento, capaz de invocar lembranças autobiográficas ou “[...] pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos etc.)” (p. 23). Já a metamemória é a representação que cada pessoa faz de sua própria memória. Uma memória reivindicada, que constrói a identidade.

O autor explica que toda memória é individual e socialmente orientada, não necessariamente compartilhada. Sabe-se que os seres humanos não produzem uma mesma interpretação sobre os acontecimentos, porém, diversos discursos (midiáticos e políticos) fazem crer na existência de uma memória coletiva, o que acaba gerando confusões. “A noção de memória coletiva [...] é prática, porque não há outra forma de designar algumas formas de consciência do passado (ou de inconsciência no caso do esquecimento) aparentemente partilhadas por um conjunto de indivíduos” (CANDAU, 2005, p. 88). Esta vontade de representar a memória é uma função metamemorial.

Os grupos humanos sentem a necessidade de elaborar uma memória comum, o que faz parte da construção da identidade dos indivíduos. Muitas vezes as pessoas incorporam um discurso comum a respeito de uma memória muito distante sobre a história do seu país ou do seu povo, mesmo sem ter vivenciado tais acontecimentos (CANDAU, 2005). Esta noção de memória coletiva construída sobre uma memória longa se aproxima bastante do conceito de história definido por Nora (1993). De acordo com este autor, a história é “voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea; psicológica, individual e subjetiva e não mais social coletiva, globalizante” (NORA, 1993, p. 95); é uma representação do passado comum a todos. Já a memória está abrigada no gesto e no hábito; é um processo vivo e dinâmico vivenciado por todos os grupos, étnicos e/ou sociais, constituindo-se como um fenômeno sempre atual (NORA, 1993).

Deste modo, é possível inferir que a memória coletiva e, conseqüentemente, a história alimentada no Vale do Taquari é aquela que glorifica os feitos dos imigrantes alemães e italianos e associa a origem dos municípios a alguns personagens membros da elite local durante o século XIX, como Antonio Fialho de Vargas para o município de Lajeado, a família Azambuja para o município de Cruzeiro do Sul e Vitorino José Ribeiro para o município de Estrela, por exemplo. Estes indivíduos enriqueceram com o comércio de terras e se utilizaram de grilagens e especulação fundiária para atingirem seus objetivos. Estratégias que expropriaram a população mais pobre da região, a qual atuava nas plantações de ervais e trabalhava como mão-de-obra livre da elite fundiária. Essa população possui uma formação heterogênea e é denominada pela historiografia como lavradores nacionais, sendo que o historiador que enfatizou a presença desse grupo no Vale do Taquari foi Cristiano Christillino (2004).

Nas escolas municipais de Lajeado, um material didático disponível para ser utilizado contribui para o reforço de uma história parcial. No livro “Lajeado: uma doce aventura”, direcionado aos anos iniciais do ensino fundamental, a história do município é narrada pelo personagem Fialho, fazendo referência à Antonio Fialho de Vargas, o que desde já concede um lugar de destaque ao mesmo. O livro inicia relatando alguns aspectos culturais e sociais dos indígenas que viviam na região, entretanto, menciona somente a etnia Guarani, ignorando a presença dos Kaingang, sendo que estes já foram amplamente estudados por historiadores vinculados à Universidade do Vale do Taquari (Univates) e vivem em uma terra indígena em Lajeado. Além disso, o livro só trata da presença indígena até o início da colonização, como se após a chegada de imigrantes açorianos, alemães e italianos os índios tivessem desaparecido.

Os Kaingang do município vivem na terra indígena Foxá, expressão que significa “aqui no cedro”,<sup>8</sup> em área urbana. No Rio Grande do Sul, o grupo sempre esteve presente em grande número, sendo as bacias hidrográficas dos rios Sinos, Caí, Taquari, Antas, Jacuí e Uruguai parte do seu tradicional território. Espaços de onde retiravam a “[...] subsistência, por meio da caça, pesca e coleta e vivenciavam as suas crenças e cultura” (LAPPE; LAROQUE, 2018, p. 26). Durante o século XIX, com o projeto de colonização europeia instituído pelo governo da província e também por empresários, como Antonio Fialho de Vargas, os Kaingang tiveram as terras invadidas por imigrantes e descendentes. O governo provincial também organizou aldeamentos para o grupo no Norte do Rio Grande do Sul, no entanto, estas políticas não foram o suficiente para manter os Kaingang confinados, já que estes costumavam percorrer os tradicionais territórios. A partir de meados do século XX, muitos indígenas provenientes do Norte do estado retornam a alguns espaços ocupados por seus antepassados, como a cidade de Lajeado, localizada à margem do Rio Taquari. Deste modo, os Kaingang buscaram ocupar áreas que estavam presentes na memória, com o objetivo de manter a cultura e a subsistência da coletividade indígena (LAPPE; LAROQUE, 2018).

Ao mesmo tempo em que os Kaingang buscaram retomar os tradicionais territórios, também procuraram se deslocar em direção às cidades, com o objetivo de melhorar as condições de sobrevivência, pois estes espaços facilitam a venda do artesanato e possibilitam condições de acesso à saúde e educação. Portanto, a presença indígena nas cidades se deve ao crescimento das mesmas, que englobam o território das terras indígenas, e à movimentação dos grupos para as cidades, como é o caso da Foxá. Esta existe há aproximadamente 18 anos e seus habitantes lutam para reaver seus tradicionais territórios e manter os costumes. Trabalham em indústrias locais, assim como dedicam-se à confecção e à venda do artesanato, dando continuidade à tradição. As crianças frequentam uma escola não indígena e no turno inverso a escola da própria comunidade, onde aprendem a língua e a escrita Kaingang com um professor bilíngue. Deste modo, percebe-se que houve um processo de adaptação ao novo ambiente, onde o grupo “[...] mantém sua cultura por meio de seus conhecimentos tradicionais, valores e saberes que são perpassados de geração para geração” (LAPPE; LAROQUE, 2018, p. 39).

O próximo passo do livro infantil é narrar a atuação e contribuição de Antonio Fialho de Vargas para o início da história de Lajeado. Ganha destaque a fundação da Colônia de Conventos e a chegada de imigrantes alemães. Em seguida são mencionadas as obras de infraestrutura construídas por Fialho, as quais foram um engenho e moinho que auxiliavam na produção e subsistência da colônia. A respeito disso é mencionada a seguinte frase: “Foram estas construções que marcaram o início de Lajeado!” (DEITOS, 2009, p. 9). Deste modo, fica evidente o posicionamento e a interpretação realizados pelo autor do livro, que considera Fialho o fundador do município. O livro ainda negligencia o fato de Fialho ter sido um grande escravocrata e de já existirem outras pessoas no território antes da chegada deste indivíduo e dos imigrantes e descendentes de alemães.

Na Casa de Cultura e Museu da cidade, entretanto, já é mencionado a posse de escravos por parte de Fialho, mesmo que superficialmente, e a presença de luso-brasileiros antes da chegada dos imigrantes alemães, apesar da instituição ainda corroborar com a ideia de o indivíduo ter sido o fundador de Lajeado. A seguinte descrição está exposta abaixo de uma moldura contendo uma pintura de Fialho:

Antônio Fialho de Vargas é o fundador e patriarca de Lajeado, por ter adquirido as fazendas de Conventos e do Lajeado ou Carneiro e aí ter estabelecido sua casa, a senzala e demais dependências, trazendo sua família, seus pertences e promovido, sob as bases do povoamento luso-brasileiro já existente, a colonização.

8 Cedro é uma árvore presente no local, importante para a construção de casas e confecção de artesanato.

São vetores que contribuem para a construção de uma memória coletiva excludente e de uma história parcial. Um fato que comprova como estes estímulos agem sobre a população é a escolha do nome do rali da cidade. O rali é uma espécie de gincana que ocorreu em Lajeado entre os anos de 2010 e 2015 e tinha o nome de Antonio Fialho de Vargas. O evento teve seis edições e tinha a intenção de promover atividades que buscassem “[...] o resgate da história local através de ações de cunho cultural, social, ambiental e esportivo” (SILVA, 2015). A escolha dessa nomenclatura para um evento que objetiva resgatar a história local evidencia o quanto a memória coletiva associa a figura de Antonio Fialho de Vargas à história do município de Lajeado. Vários são os discursos que estimulam esta associação, fazendo com que a população incorpore uma memória coletiva sem ter vivido na região durante o século XIX.

Entende-se que não há nenhum problema em relacionar a história de Lajeado à Antonio Fialho de Vargas, desde que essa relação seja feita com equilíbrio e problematização. Sem dúvida nenhuma, é um indivíduo muito importante e de uma presença bastante significativa para a história do Vale do Taquari, no entanto, outras participações também são igualmente relevantes e, na maioria dos casos, esquecidas. Como é o caso dos africanos escravizados, que trabalhavam nas fazendas da elite e nas pequenas propriedades dos imigrantes; dos indígenas Kaingang e Guarani, que estão e sempre estiveram presentes, mesmo com tanta dificuldade para garantir terra; e o grupo denominado historiograficamente de lavradores nacionais, de formação heterogênea, que engloba ex-escravos, portugueses, tropeiros paulistas, indígenas miscigenados e outros.

Este último grupo, assim como os indígenas, foi amplamente prejudicado por homens como Antonio Fialho de Vargas. A Lei de Terras de 1850 e o Regulamento de 1854, que visavam organizar a estrutura fundiária imperial, impuseram um sistema que beneficiou as elites locais do Império, resignando a

[...] estrutura fundiária tal qual estava consolidada regionalmente, respeitando as estruturas locais de poder ao relegar a estas uma boa parte das decisões sobre os processos de legitimações. Estes foram utilizados, principalmente, para afirmarem o direito de propriedade frente a contestações de outros confrontantes, ou interessados nas mesmas áreas, quando estas não apresentavam resolução por meio dos jogos de forças das redes de alianças e clientelísticas locais (CHRISTILLINO, 2004, p. 326).

As terras do Vale do Taquari foram muito valorizadas com a política de imigração e de incentivo à agricultura para abastecimento interno, fazendo com que a elite se interessasse em investir na colonização. No entanto, essas terras já estavam povoadas pelos lavradores nacionais, que possuíam, na maioria dos casos, direitos legais sobre as áreas que ocupavam, assegurados pela Lei de Terras de 1850. Os lavradores nacionais foram expropriados pelos agentes interessados no mercado de terras e o seu lugar foi sendo ocupado por imigrantes, o que gerou uma série de conflitos. Como exemplo, na década de 1860, Antonio Fialho de Vargas comprou uma área de terras no local denominado Santa Bárbara que já estava ocupada por lavradores nacionais. Estes, por sua vez, enviaram uma correspondência à Câmara de Vereadores de Taquari reivindicando o seu direito sobre a área, mas não conseguiram a sua posse (CHRISTILLINO, 2004).

Antonio Fialho de Vargas comprava e recebia concessões de terra do governo provincial com o objetivo de colonizá-las. Para ter sucesso no comércio de terras e conseguir a posse das propriedades era muito importante estar bem relacionado nas redes clientelísticas do plano político local para facilitar a realização dos seus objetivos. Esta estratégia foi utilizada por ele quando casou um de seus filhos, Antonio Fialho de Vargas Filho, com Josefina Centeno de Azambuja, filha de João Xavier de Azambuja, membro de destaque da elite local. A família Azambuja ocupava cargos públicos importantes no município de Taquari, como o de vereador e juiz municipal. Estabelecendo uma relação íntima com esta família, Fialho podia garantir seu acesso à propriedade mais facilmente. Corroborando com isso, Christillino (2004) atenta para a seguinte informação:

Em 1879 Antonio Fialho de Vargas enviou um pedido de compra de uma área devoluta no Alto Taquari, a Repartição Especial de Terras públicas, para comercializá-la. Ao receber o pedido de informações sobre

este, a Câmara de mesmo nome respondeu que Fialho de Vargas “mais que ninguém” estava no caso de colonizá-la (CHRISTILLINO, 2004, p. 222).

A proximidade da elite local com o governo imperial trazia benefícios para ambos, na medida em que garantia uma relação de reciprocidade e amparo mútuo. Enquanto as instituições públicas asseguravam a propriedade da terra aos latifundiários locais, ignorando a presença de outros moradores nas mesmas áreas, aqueles ofereciam apoio político ao governo, como em momentos de conflitos externos, quando muitos fazendeiros-militares lutavam pelo Império. A família Azambuja, por exemplo, tinha inúmeros integrantes com postos na Guarda Nacional, que combateram na Guerra do Paraguai. Este auxílio foi recompensado através da legitimação de propriedades, em detrimento dos homens livres pobres que viviam de lavouras e criação de animais e dos grupos indígenas. Deste modo, o poder simbólico e econômico da elite local foi constituído por relações clientelísticas, demonstrando que a prática de costumes envolvendo corrupção é muita antiga no país.

Sendo assim, ao utilizar a imagem de Antonio Fialho de Vargas como fundador e precursor do município de Lajeado, este tipo de discurso ignora uma série de informações a respeito do indivíduo e outros grupos sociais que participaram da constituição do Vale do Taquari. Esta região possui uma diversidade cultural bastante acentuada, devido à intensa mobilidade de vários grupos humanos no território até os dias de hoje, no entanto, alguns setores da sociedade insistem em dar destaque aos imigrantes alemães e italianos e à elite local do século XIX responsável pela colonização. Isto se torna bastante prejudicial à comunidade local, pois ela acaba deixando de conhecer outros aspectos da sua própria história. Além disso, é muito preocupante ainda o fato de que esse discurso continua sendo ensinado nas escolas sem nenhum tipo de problematização, como exposto no material didático aqui trabalhado.

Levando em consideração o conceito de metamemória de Candau (2005), entende-se este discurso como um reforço da identidade regional e também como uma maneira de reivindicar “[...] uma memória que se supõe que o seja [...]” (p. 99). Pois, “frequentemente, confunde-se a afirmação da existência de uma memória coletiva — facto banal se é que o é — com a realidade da existência ela própria” (p. 100). A necessidade dos grupos humanos de ter uma memória comum produz metadiscursos poderosos que alimentam

[...] o imaginário de membros do grupo ajudando-os a pensarem em si próprios como uma comunidade, e contribui para modelar um mundo em que a partilha memorial se torna ontológica. Ele faz entrar nas memórias individuais a crença em raízes e num destino comuns, como o conseguem maravilhosamente o discurso patrimonial ou as ideologias comunitaristas (p. 100).

A história de Lajeado e do Vale do Taquari divulgada pelos meios de comunicação, nos discursos políticos, em livros didáticos e em eventos como o referido rali, que de certa forma fez uma homenagem à Antonio Fialho de Vargas, fazem com que a população acredite partilhar “[...] uma representação de um passado que se supõe comum [...]” (CANDAU, 2005, p. 100). São estímulos que “[...] contribuem para a ilusão holística, ou seja, para a representação do grupo de pertença como um todo homogêneo e integrado. A partilha da metamemória dá uma certa verossimilhança a esta ilusão” (CANDAU, 2005, p. 100-101).

Pollak entende que “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989, p. 9). A memória, sendo assim, auxilia a “[...] reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc” (POLLAK, 1989, p. 9). Para manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum é necessário fornecer um quadro de referências e de pontos de referência, os quais são alimentados pelos materiais fornecido pela história. Estes estão pautados na produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens

ou de objetos materiais, como monumentos, museus, bibliotecas, etc. No entanto, também podem ser de ordem sensorial, quando se referem a lembranças mais próximas e recordações pessoais, como barulhos, cheiros e cores. Por conseguinte, pelo fato de ser necessário a criação de pontos de referência, “[...] nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada” (POLLAK, 1989, p. 11).

O mesmo autor também identifica a existência de memórias subterrâneas, aquelas que permanecem silenciadas, mas não esquecidas. São lembranças transmitidas no quadro familiar ou em redes de sociabilidade afetiva que, de acordo com as circunstâncias, podem emergir no espaço público em determinadas ocasiões para reivindicar e contestar (POLLAK, 1989). Nesse sentido, talvez possamos reconhecer como memórias subterrâneas, no município de Lajeado, as dos Kaingang, por exemplo. Lembranças que permanecem vivas entre os membros do grupo, mas que geralmente não são veiculadas em canais midiáticos ou discursos políticos. Na cidade vizinha, Arroio do Meio, existe uma comunidade quilombola denominada São Roque<sup>9</sup> que, assim como os indígenas locais, tem sua história pouca divulgada e associada à história da região. Deste modo, tendo em vista a presença de uma variedade de grupos étnicos no Vale do Taquari, seria interessante propor a valorização das múltiplas identidades para que toda população se sinta atuante dos processos sociais.

### Considerações Finais

O Vale do Taquari é uma região do Rio Grande do Sul caracterizada por intensos movimentos migratórios, tanto históricos quanto recentes, que acabaram deixando marcas profundas no âmbito sociocultural local. Inicialmente foi ocupado por indígenas Guarani e Kaingang, seguindo a presença de portugueses, espanhóis, luso-brasileiros e imigrantes açorianos. A luta pela terra sempre foi bastante intensa no território, acirrando-se ainda mais quando da chegada de imigrantes germânicos e italianos durante o século XIX. Neste período, formou-se um mercado imobiliário em que eram comuns a grilagem e a especulação por parte daqueles que investiam na colonização. Um desses empreendedores foi Antonio Fialho de Vargas, descendente de imigrantes açorianos que participou ativamente do comércio de terras da província. A colônia fundada por ele onde hoje se situa o município de Lajeado recebeu principalmente imigrantes de origem germânica e descendentes.

Na maioria das vezes, a história divulgada sobre o município de Lajeado identifica Antonio Fialho de Vargas como fundador da cidade e a criação da Colônia Conventos como o início da história do município. A constante rememoração desta narrativa acaba reforçando apenas alguns aspectos da constituição do território, desconsiderando a participação de outros grupos étnicos, presentes até à atualidade. Do mesmo modo, esquece-se de mencionar que indivíduos como Fialho de Vargas se utilizaram de práticas de grilagem para se apropriar de áreas que já estavam ocupadas. O estudo desses processos auxilia na compreensão do presente, o qual mostra que a luta pela terra por parte de determinados grupos e os conflitos agrários atuais são resultados da maneira como ocorreu a apropriação do território no passado. Sendo assim, seria interessante a elaboração de políticas de reconhecimento da diversidade local, importante para o processo de construção da identidade da população, bem como um maior esclarecimento da atuação dos comerciantes de terra do século XIX. É necessário difundir novos olhares sobre a história local, sendo que uma boa maneira de fazer isso é diminuir a distância entre a academia e a comunidade, visto que é a partir de pesquisas científicas que pode ocorrer a renovação de perspectivas.

9 Ver: KREUTZ, Marcos Rogério et al. **Arroio do Meio**: entre rios e povos. Lajeado: Ed. da Univates, 2011.

## Referências

- CANDAU, J. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- CANDAU, J. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, n. 1, 2010.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CHRISTILLINO, C. L. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)**. 374 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós- Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2004.
- DEITOS, T. C. **Lajeado: uma doce aventura**. Lajeado: Grafoem, 2009.
- KREUTZ, M. R. et al. **Arroio do Meio: entre rios e povos**. Lajeado: Ed. da Univates, 2011.
- LAPPE, E.; LAROQUE, L. F. da S. Terra indígena Foxá “aqui no cedro”: passado e presente Kaingang na sociedade do Vale do Taquari-RS-BR. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 1, p. 25-42, 2018.
- NICOLINI, C. **A construção da identidade territorial a partir das manifestações culturais no Vale do Taquari: etnografia dos grupos de danças folclóricas alemãs de Estrela e do 47º Festival do Chucrute**. 206 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, 2013.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**. São Paulo, 1993.
- PEDROSO, W. de A. **Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863)**. 249 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- SILVA, R. Rali Antônio Fialho de Vargas chega ao final. **O Informativo do Vale**, Lajeado, 25 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.informativo.com.br/esporte-amador/rali-antonio-fialho-de-vargas-chega-ao-final,30304.jhtml>>.

## Fontes documentais

Fundo Colônias. Caixa 31. Maço 57. Conventos. AHRS.

Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Taquary n. 475, de 1895. APERS.

Livro de Batismos n. 4 (1811-1823), Gravataí (Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, Comarca de Porto Alegre), p. 171. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-HV9Q-L221=298&cc=2177295&cat=399613>>.

Livro de Batismos n. 6 (1832-1850), Gravataí (Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, Comarca de Porto Alegre), p. 80, 122v. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-HKQS-R?i=759&cc=2177295&cat=399613>>.

Livro de Batismos n. 7 (1850-1856), Gravataí (Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, Comarca de Porto Alegre), p. 39v, p. 181. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-HV4W-N9i=47&wc=M78F-2WG%3A371584101%2C371584102%2C371690901&cc=2177295&cat=399613>>.

Livro de Batismos nº 2 (1844-1855), Vacaria (Freguesia Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria), p. 209. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939V-459W-MZ?i=2088&cc=2177295&cat=337630>>.

Livro de Batismo n. 7, Freguesia de Santo Amaro, p. 16v. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-HV9S-TF2i=343&cc=2177295&cat=400960>>.

Recebido em: 14.11.2018

Aprovado em: 12.07.2019